

## UMA REDE ENFRENTANDO A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: lutas e desafios da Rede ambiental do Piauí

Gleyson Willian Silva Carneiro<sup>1</sup>

Giovana de Sousa Araújo Barbosa e Silva<sup>2</sup>

Marina Queiroz Moura<sup>3</sup>

Nyvea Ellen Soares de Sousa<sup>4</sup>

Masilene Rocha Viana<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa as principais contribuições da Rede Ambiental do Piauí (Reapi) no enfrentamento de expressões deletérias da questão socioambiental no estado, destacando as pautas, lutas e principais desafios na luta por preservar biomas, e garantir respeito ao meio ambiente. A pesquisa foi produzida a partir de análise bibliográfica, observação e entrevista com lideranças da rede. Como resultados identificou-se uma significativa presença da Reapi no estado, espalhando suas ações por noventa municípios, como a realizada pela preservação da serra vermelha, em processos litigiosos contra o agronegócio no intuito de preservar as florestas, as águas, o ar e combater o uso de agrotóxicos na agricultura; além das lutas no espaço urbano, de forma a garantir a presença das árvores, em geral, em conflitos com gestores públicos, com ocorrência de formas diferenciadas de lutas como as ocupações, protestos e audiências públicas.

**Palavras-chave:** Questão socioambiental. Rede ambiental. Lutas ambientais.

### ABSTRACT

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduando do curso de Serviço Social; bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social; Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS); gleysonwillain4@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda do curso de Serviço Social da UFPI; Integrante da pesquisa “O Sistema Único de Assistência Social em Teresina-PI: Desafios a sua implementação e desmonte da seguridade social”; Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS); Membro do Programa Terceira idade em ação (PTIA); Membro do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social: giovanabarbosa1265@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI. Graduanda do curso de Serviço Social; Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); marinaqueirozm18@gmail.com.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda do curso de Serviço Social da UFPI. ellenynyvea@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI; doutora em Ciências Sociais. masilene.rocha@ufpi.edu.br

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



This article analyzes the main contributions of the Environmental Network of Piauí (Reapi) in facing harmful expressions of the socio-environmental issue in the state, highlighting the agendas, struggles and main challenges in the struggle to preserve biomes, and guarantee respect for the environment. The research was produced from bibliographical analysis, observation and interview with leaders of the network. As a result, a significant presence of Reapi was identified in the state, spreading its actions across ninety municipalities, such as the one carried out for the preservation of the red mountain range, in litigious processes against agribusiness in order to preserve the forests, the waters, the air and combat the use of pesticides in agriculture; in addition to struggles in the urban space, in order to guarantee the presence of trees, in general, in conflicts with public managers, with the occurrence of different forms of struggles such as occupations, protests, and public hearings.

**Keywords:** Socio-environmental issue. Environmental network. Environmental struggles.

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço de processos danosos ao meio ambiente nos últimos séculos, sobretudo a partir do advento da ordem do capital vem gerando desafios de caráter planetário, expressos como questão socioambiental, na forma de desmatamento, destruição das florestas e dos biomas, poluição das águas superficiais e dos lenções freáticos, aquecimento climático; e isso em uma trajetória em que a humanidade vem elevando o consumo de produtos artificiais e gerando cada vez mais resíduos altamente poluentes ao planeta.

Todavia e, felizmente, há os que, já também de longa data, vêm resistindo com suas lutas em direção contrária a essa lógica depredatória e virulenta em nome da acumulação e do desenvolvimento, que arrastam o solo, o ar, as florestas, as águas, a fauna e mesmos os humanos - particularmente os mais pobres – a um viver sob os riscos de catástrofes e tragédias, muitas delas, claramente anunciadas pelos que enxergam as contradições desse sistema. Ou seja, nessa seara de lutas contra os efeitos deletérios do capitalismo predatório sobre o ambiente, estão os atores políticos que, da escala transnacional aos espaços mais locais, promovem suas ações políticas, com denúncias, protestos, ocupações e resistências diversas no terreno da educação e da militância em prol da preservação do ambiente natural.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O Brasil é um país com grande riqueza e patrimônio ambiental ainda preservado a demandar um esforço concentrado dos movimentos ambientalistas em prol da causa das águas, das matas, dos biomas, especialmente os que mais estão a fenececer, por exemplo, sob os efeitos deletérios do agronegócio em suas diferentes facetas - como os cerrados - e muitas vezes, com a aquiescência ou a omissão de governos locais, em geral, a essas forças alinhados.

Os últimos anos, foram de avanço do pensamento conservador e predatório, especialmente, a partir de uma lógica governista de “deixar a boiada passar” destruindo a floresta, permitindo agrotóxicos de alta periculosidade e fazendo avançar os interesses do mercado que produz para acumular riquezas, concentrando capital e deixando para traz os rastros de destruição nas áreas afetadas.

No estado do Piauí, uma das expressões dessa luta se dá pela presença da Rede ambiental do Piauí (Reapi), em suas distintas ações, agendas e temas na direção da preservação ambiental e da agroecologia, sobretudo a partir de 2007, embora possa-se encontrar suas origens, embora de forma menos organizada, há uns três anos antes de sua formalização, através das denúncias de suas lideranças dos crimes ambientais e com a presença de jornalismo ambiental crítico a pautar seus temas, sobretudo na capital, Teresina.

A pesquisa que deu substância a essa comunicação, atenta à questão socioambiental e aos movimentos desencadeadas para enfrentar seus efeitos, situa-se enquanto contribuição à reflexão sobre as lutas que se processam no estado do Piauí protagonizadas pela Reapi, de forma a enfrentar as expressões deletérias da questão socioambiental no estado, destacando as pautas, lutas e principais desafios da rede para preservar biomas, e garantir respeito ao meio ambiente.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa e do uso de técnicas como análise bibliográfica, observação com participação em alguns eventos da rede, além de entrevistas com lideranças.

A presente comunicação está estruturada, para além desta introdução e das considerações conclusivas, em uma seção em que se confere atenção às pautas,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



temas e a agenda da Rede Ambiental do Piauí ao longo de sua existência, destacando suas principais lutas de forma a conferir visibilidade à importante contribuição dessa entidade para a preservação da casa maior que abriga os humanos, firmando o Piauí na agenda global das lutas em defesa do meio ambiente.

## 2 A REDE AMBIENTAL DO PIAUÍ: PAUTAS E PRINCIPAIS LUTAS

Nascida das inquietações de pessoas atentas às expressões da questão socioambiental no Piauí, a Reapi vem se constituindo como uma entidade que atua nas áreas de meio ambiente e educação ambiental, pautando também as temáticas da agroecologia e da agrofloresta, situando-se como um ator político de resistência frente às investidas do mercado ou do Estado que possam implicar em prejuízos ao meio ambiente. Sediada em Teresina, a Reapi atua, portanto, na defesa, na conservação e na preservação do patrimônio natural do Piauí, bem como na luta por melhoria das condições de vida do homem no campo e pela preservação das espécies da fauna, da flora, do solo e dos recursos hídricos.

Atuando como rede, com cerca de vinte membros ativos na cidade de Teresina, mas com contatos e nós da rede em mais de noventa municípios do Piauí, a Reapi vem gerando ações de grande relevância na preservação das florestas, na defesa das águas, na denúncia de interesses do mercado em explorar riquezas naturais quando a implicar em efeitos predatórios, em um trabalho intenso em que arregimenta aliados quer em outros movimentos sociais, quer nas instituições que devem manter a vigilância quanto aos direitos sociais como o Ministério Público.

A Reapi tem como propósito deixar para as futuras gerações um meio ambiente equilibrado com águas fartas, florestas, saneamento e sem poluição. Para isso, executa ações voltadas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, no Estado do Piauí, além de buscar combater as agressões que ameaçam os ecossistemas nos diversos biomas, especialmente na mata atlântica e nos cerrados piauienses.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Uma das primeiras pautas da Reapi foi em torno da luta pela criação do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, entendendo esta bacia como a segunda mais importante do Nordeste, abrangendo três estados, com 75% da bacia no estado do Piauí, 20% no Maranhão, e 5% no Ceará e 277 municípios, sendo quase a totalidade do estado do Piauí já que cobre 223 dos 224 municípios piauienses, 35 maranhenses e 19 cearenses. As águas da bacia são utilizadas para a geração de energia elétrica, para a irrigação e o abastecimento humano e vêm sofrendo com ameaças diversas e pouco espaço para participação da sociedade na definição das políticas que giram em torno desses recursos hídricos, daí a pauta relevante da criação de um comitê para discutir e promover políticas para a gestão dos recursos hídricos.

O Rio Parnaíba que já vinha desde os anos 1980 sendo o foco de atuação de uma outra entidade ambiental, a Fundação Rio Parnaíba (Furpa), é um rio de grande importância para comunidades por onde passa, constituindo-se como o elemento divisório dos estados do Piauí e do Maranhão. No entanto, essa importância não lhe rendeu muitos esforços do poder público para preservá-lo, sendo um curso de água com muitas áreas assoreadas, algumas já com vegetação consolidada por várias décadas.

Após mais de 10 anos de luta da Reapi, de diversos ambientalistas e de outras organizações da sociedade civil, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) foi instituído por meio do Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018 (BRASIL, 2018), que estabelece ser competência CBH Parnaíba, entre outras, a promoção de debates acerca das questões relacionadas a recursos hídricos, articulando a atuação das entidades intervenientes, e “arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos” (BRASIL, 2018, art.1º).

Na composição do Comitê, conforme o decreto, inclui-se representantes da União, dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação, dos usuários das águas de sua área de atuação

## PROMOÇÃO



## APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (BRASIL, 2018, art.2º).

Com a instalação do comitê, obviamente a Reapi obteve êxito em sua luta para instalar o comitê, obviamente restando a necessidade de continuar vigilante quanto ao uso das águas da bacia, de forma preservar os rios e todo o ecossistema em torno dessa riqueza natural.

Uma outra grande mobilização protagonizada pela Reapi foi dirigida para salvar a Serra Vermelha dos riscos de carvoarias e do desmatamento pela via de uma campanha pela criação do Parque Nacional Serra Vermelha. A aludida serra, localizada no sul do Piauí, possui imensos chapadões e uma rica biodiversidade, abrigando três biomas: o Cerrado, a Mata Atlântica e a Caatinga “caracterizando a última floresta do Piauí e do Nordeste que forma o ecótono” (GRAVE..., 2008). Apesar disso, em 2006, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, aprovou um projeto “sustentável” denominado Energia Verde, da empresa JB Carbon S/A que objetivava produzir carvão vegetal na Serra Vermelha e abastecer as indústrias siderúrgicas do país e do exterior.

Conscientes da gravidade da questão, a Reapi, em parceria com a Fundação Rio Parnaíba, e outras organizações lançaram a campanha “Ajude a salvar a Serra Vermelha”, com o fito de envolver e ampliar a mobilização em prol da paralisação do projeto “Energia Verde” e a criação do Parque Nacional Serra Vermelha. Nesse litígio, no qual o governo estadual compareceu atuando de forma contrária à criação do Parque, gerou profundas insatisfações e protestos dos que associavam tal conduta ao apoio da empresa ao governador, quando este ainda concorria ao posto do executivo estadual do Piauí.

Nesse período, foram realizadas algumas audiências públicas, uma delas aconteceu no território Morro Cabeça do Tempo, local onde fica a maior parte da Serra Vermelha, contando com a presença de uma das suas principais ativistas da Reapi, a jornalista Tânia Martins, presença marcante no movimento ambiental

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



piaiuense. Finalmente, em janeiro de 2022, a Justiça Federal determinou que o Instituto Chico Mendes anexasse a Serra Vermelha ao Parque Nacional Serra das Confusões. A intensa campanha dos ambientalistas chamou à atenção da imprensa nacional e o Ibama em Brasília acabou por suspender o projeto.

Diante do escândalo, a Procuradoria da República entrou com uma Ação Civil Pública para acabar de vez com o projeto. O Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, autorizou estudos objetivando salvar o que ainda restava na área. Tão logo obteve o levantamento, a então ministra Marina Silva, determinou a criação de um Parque Nacional na região e ainda duas reservas extrativistas para garantir emprego e renda para as famílias tradicionais da região que vinham sendo escravizadas pela indústria do carvão com seus subempregos (GRAVE..., 2008, n.p.).

Ante o exposto, observa-se a flexibilização da legislação protetiva do meio ambiente nesse processo, aliada ainda a predominância dos interesses capitalistas voltados para a lucratividade de grandes empresas do agronegócio. Do ocorrido, fica também o registro da carência de fiscalização e atuação efetiva dos órgãos responsáveis por proteger a biodiversidade nacional, associado à falta de políticas que impulsionem e desenvolvam projetos verdadeiramente sustentáveis e, obviamente a marcante presença do movimento ambiental do Piauí na defesa de nossa biodiversidade, sem a qual provavelmente a serra vermelha (ou parte significativa dela) poderia ter sido reduzida a cinzas.

Esse processo de luta em defesa da Serra Vermelha relaciona-se também a uma árdua luta da Reapi visando a preservação da mata atlântica no Piauí, tendo esse tema gerado inúmeras controvérsias em anos de embates sobre esse bioma no Piauí. Na atualidade, reconhece-se que o estado “possui 46 municípios em área de atuação da Mata Atlântica, correspondendo a 10,52% de seu território, detendo, aproximadamente, 26.462,3 km<sup>2</sup> de vegetação com fisionomias típicas do bioma” (PIAÚÍ... 2021, s.p.).

Contudo, em 2013, período ainda de grandes controvérsias sobre a área de mata atlântica do Piauí, o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, no período de 2011 a 2012, foi apresentado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), dando conta de que pela primeira

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



vez, eram considerados os remanescentes florestais do Piauí, que contribuíram, portanto, para totalizar os 34% da área original no Estado protegida pelo Mapa da Área da Aplicação da Lei da Mata Atlântica (DIVULGADOS... 2013, s.p.). Na oportunidade, a coordenadora do Atlas pela SOS Mata Atlântica asseverou que “as áreas do Piauí abrangidas pelo Mapa da Aplicação da Lei possuem formações florestais naturais características do bioma em bom estado de conservação”, mas sujeitas à pressão das carvoarias e também do agronegócio da soja, cultura que não atinge no Piauí somente a mata atlântica, mas sobretudo o Cerrado, já profundamente atingido por essa e outras culturas. Ao lançarem o atlas, também se informava que,

Com a inclusão do Piauí no levantamento e mapeamento de toda a área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, a área original que resta do bioma é de 8,5% – a Mata Atlântica é o bioma mais ameaçado do Brasil. Até o levantamento anterior, sem o Piauí, esse dado era de 7,9%. Se forem considerados todos os pequenos fragmentos de floresta natural acima de 3 hectares, o índice chega a 12,5% (DIVULGADOS... 2013, s.p.).

Assim, embora a mata atlântica seja, na legislação brasileira considerada patrimônio nacional e consista em um dos biomas com maior biodiversidade do mundo, os impactos da exploração humana através do desmatamento, do comércio ilegal e das pastagens vinham destruindo-a ao longo do tempo desde a invasão portuguesa, quando ela foi tomada como alvo de exploração, especialmente com a destruição do pau brasil, árvore farta em suas áreas. Os avanços recentes no sentido de garantir normalizações que garantam a sua preservação devem-se aos esforços de entidades como a SOS Mata Atlântica e a Reapi que mantém vigilância para que sejam respeitadas no Brasil.

Nos últimos anos destacam-se também dentre as atividades da Reapi, a mobilização contra o desmatamento no cerrado, e, em especial contra o uso dos agrotóxicos, nesse que é o bioma mais prejudicado pelo agronegócio. O cerrado piauiense, integra a área conhecida como matopiba – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - localizado na região Sudoeste do estado, e, conforme Andrade (2015, p.19), “passou a ser explorado de forma efetiva, com a produção de grãos na década de

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

1990, com a chegada de produtores oriundos da região Centro Sul do país”, firmando-se como área de fortes investimentos do agronegócio, especialmente da soja.

A Reapi, atenta aos despejos de agrotóxicos nessas áreas, de forma a prejudicar solos, águas, a fauna e os humanos que nela vivem e trabalham vem marcando presença em audiências e fóruns da sociedade civil, denunciando as violações de direitos e os agravos à saúde e ao meio ambiente promovida por essas práticas predatórias que, aliás, foram agravadas no governo de Jair Bolsonaro com a permissividade para o uso desses produtos, medida que sinaliza, como ademais, muitas outras, para o caráter destrutivo desse governo seja para as florestas, seja para os humanos, especialmente os por ele governados.

Atuando em todos os territórios do Piauí, a Reapi vem se fazendo presente também no litoral, como atesta a realização juntamente com a Comissão Ilha Ativa (Cia) <sup>i</sup> do I Fórum de Território e Direitos das Comunidades Tradicionais do litoral do Piauí, no período de 8 a 10 de dezembro de 2017, que abordou as explorações predatórias no território em face da ausência de um Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (Apa) do Delta do Parnaíba, estando sujeita a aludida apa, a condutas que comprometem sua sustentabilidade, como os impactos dos parques eólicos, que transformam a rotina da população, prejudicando o direito de ir e vir da população que também é perturbada com o barulho das hélices e dos aerogeradores próximos aos seus quintais, além da prática do *kitesurf*, da especulação imobiliária e o turismo sem controle, gerando efeitos danosos para a população local, visto que essas empreitadas atingem e desequilibram o ecossistema marinho e o cotidiano dos habitantes do território.

Uma outra denúncia com mobilização e ampla campanha protagonizada pela Reapi foi em torno dos riscos para o meio ambiente da exploração do gás de xisto pelo método de fraturamento hidráulico, conhecido como *fracking*, considerado inseguro podendo possibilitar a contaminação dos lenções freáticos e das águas superficiais dos rios, lagoas, igarapés. Foram muitas articulações, debates e denúncias em variados canais, tendo a Reapi realizado diálogos importantes no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



intuito de barrar essa exploração, com membros do Ministério Público e autoridades do Estado voltadas para o controle externo, mas também com outras entidades e organizações que militam na causa ambiental no Piauí e em outras paragens.

Na agenda de lutas da Reapi nos anos de pandemia destaca-se a instalação e manutenção do bosque da memória Rio Parnaíba, às margens do rio Parnaíba em Teresina. O projeto Bosque da Memória foi desenvolvido por organizações não-governamentais brasileiras que trabalham pela preservação da Mata Atlântica, com o objetivo de plantar árvores nativas em homenagem às vítimas da Covid-19 e como forma de agradecimento aos profissionais de saúde. A ideia portava, também, o intuito de recuperar espécies que foram devastadas, contribuindo para amenizar os efeitos das mudanças climáticas, além de estimular a consciência ambiental.

Nas proximidades da área em que se instalou o bosque, com o intento de se tornar parque, há várias evidências do uso indevido das margens do rio, com diversos empreendimentos ocupando de forma irregular o local, embora pela legislação ambiental deveriam essas áreas ser protegidas.

A Reapi encampou também outras lutas e denúncias, muitos deles com atos públicos e manifestações criativas e com forte conteúdo crítico, como: a mobilização em defesa da preservação do rio Poti, em novembro de 2019, ao denunciar o grave problema dos aguapés e do despejo de resíduos sólidos e de esgotos sem tratamento no rio; a mobilização global pelo clima, de setembro de 2021, realizada em espaço público da cidade de Teresina no qual a sociedade civil foi às ruas para denunciar o descaso com o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Convém registrar ainda como presença marcante da Reapi em conflitos urbanos na cidade de Teresina, o caso da ocupação, entre 2025 e 2016, conhecida como “Ocupa Praça”, envolvendo a ação de ocupar uma praça no bairro Parque Piauí, já que seus moradores, insatisfeitos com o propósito da prefeitura municipal em suprimir a Praça com sua ampla área verde, pretendia instalar na área, um equipamento da integração dos transportes previstos no Plano de Mobilidade Urbana.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assim, uma ocupação da área foi realizada durante nove meses, tendo a Reapi como uma das entidades mais destacáveis nesta luta, que agregou também muitas outras organizações e movimentos sociais da cidade, tendo obtido êxito, em ações diretas de ocupação da praça, mas, também, utilizando estratégias de luta política institucionalizada materializada pela busca de canais e instituições de controle, como o Ministério Público, destacando-se esta luta, como asseveram Sousa, Perez e Viana (2020), pela “presença acentuada de ‘nós’ de uma rede movimentalista que pautou a questão socioambiental no debate público”, sendo a Reapi um desses nós fundamentais.

A entidade vem também dirigindo sua atenção a outros temas como a questão do descaso para com a fauna e a estrutura do parque zoobotânico de Teresina; vem promovendo, ao longo de sua existência, oficinas de vivência diversas, em temáticas como: permacultura, banheiro seco, biojóias (para comunidades rurais), puericultura, de cosmética natural, educação ambiental, plantação de hortas orgânicas e urbanas, de arte para crianças e adolescentes, de fossa agroecológica, de agrofloresta aromática, de biocosméticos, de apicultura, entre outras, de forma que a Reapi vem, em sua trajetória no estado do Piauí, impulsionando o debate socioambiental, firmando-se como protagonista de lutas fundamentais na direção de um ambiente preservado.

### 3 CONCLUSÃO

O Piauí é um estado eivado de desigualdades, e sujeito ao “canto” fetichizador do capital que, quando aporta no estado, em geral, seduz pelo que pode gerar de empregos, enevoando muitos em torno da ideia de desenvolvimento e de superação de seu quadro socioeconômico historicamente marcado pela pobreza. Ocorre que no rastro do desenvolvimento não vem a sustentabilidade, como é pregada, podendo ser verificados morte dos rios, secura das fontes de água, desaparecimento da fauna e da flora, danos à saúde dos humanos, grilagem de terras, riscos ao lençol freático,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

entre tantas outras mazelas que expressam a questão socioambiental no estado e para além dele.

O Piauí, é certamente um estado muito desafiador para quem tem por objetivo preservar a natureza da sanha do capital, já que vem sendo alvo de interesses mercadológicos que, em nome do progresso e do desenvolvimento, não se incomodam em gerar prejuízos ao meio ambiente, mesmo que a utilizar formas discursivas em torno da ideia de sustentabilidade.

É nesse cenário que a Reapi vem mobilizando atores diversos de uma rede que, contando com poucos recursos e muita energia de luta, insiste em se fazer presente na cena pública, em ambientes urbanos ou rurais, e, por vezes em aliança com movimentos sociais de diversas matizes a somar forças, muitas vezes em diálogos críticos com agentes públicos dentro e fora da esfera governamental e notadamente buscando aliados naquelas instituições que devem zelar pelo respeito aos direitos e às normativas nacionais quanto ao meio ambiente.

Todavia, adicionando vitórias, às vezes derrotas, sofrendo ameaças, insistindo no debate público e na educação ambiental junto a variados públicos, segue a Rede ambiental do Piauí em seus mais de quinze anos de existência, na tarefa que protagoniza junto à questão socioambiental no estado, sempre em prol de proteger o meio ambiente e não raras vezes, enfrentando forças econômicas de vulto, mas, sempre animada pela compreensão mais ampliada de que a sobrevivência no lugar comum compartilhado pelos humanos sempre irá defender da consciência ambiental que portarem seus habitantes, embora também conscientes, de que os que o sistema econômico gera condições desiguais até mesmo quanto às condições dos riscos, daí a necessidade das lutas, sobretudo dos povos, classes, etnias e afetados mais diretamente com as ações deletérias ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Soares de. **A insustentável questão fundiária e ambiental do cerrado piauiense: a confluência de interesses entre estado e o agronegócio na**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



expansão da monocultura. 2015. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas).  
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018**. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com área de atuação localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. 2018. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9335.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.335%2C%20ODE%205,do%20Piau%C3%AD%2C%20Maranh%C3%A3o%20e%20Cear%C3%A1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9335.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.335%2C%20ODE%205,do%20Piau%C3%AD%2C%20Maranh%C3%A3o%20e%20Cear%C3%A1) 1. Acesso em: 24 jun. 2023.

DIVULGADOS novos dados sobre a situação da mata atlântica. 4 de junho de 2013. **SOS mata Atlântica**. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/divulgados-novos-dados-sobre-a-situacao-da-mata-atlantica/> Acesso em: 24 jun. 2023.

GRAVE crime ambiental contra a Serra vermelha, no Piauí. **Unidades de conservação no Brasil**. 1. Set. 2008 [2008]. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/60098>. Acesso em: 4 de out. de 2022.

PIAUI reduz desmatamento da Mata Atlântica em 76%. Secretaria do Meio ambiente do Estado do Piauí. 27. maio 2021 [2021] Disponível em: [http://www.semam.pi.gov.br/wagtail/home\\_page/noticias/piuiu-reduz-desmatamento-da-mata-atlantica-em-76/#:~:text=O%20Piau%C3%AD%20possui%2046%20munic%C3%ADpios,com%20fisionomias%20t%C3%ADpicas%20do%20bioma](http://www.semam.pi.gov.br/wagtail/home_page/noticias/piuiu-reduz-desmatamento-da-mata-atlantica-em-76/#:~:text=O%20Piau%C3%AD%20possui%2046%20munic%C3%ADpios,com%20fisionomias%20t%C3%ADpicas%20do%20bioma). Acesso em: 24. Jun 2023.

SOUSA, Jaqueline de Oliveira., PEREZ, Olívia. Cristina.; VIANA, Masilene Rocha. Movimentos sociais em redes: uma análise do Ocupa Praça em Teresina – PI. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190189. 2020 <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190189>

<sup>i</sup> A Cia é uma entidade que vem desde 2010 atuando na área da APA Delta do Parnaíba (PI, CE e MA), nascida das inquietações de moradores locais com as questões ambientais.

PROMOÇÃO



APOIO

